

Governo define o plano de obras

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A política econômica do governo vai sofrer profunda reformulação por meio de medidas heterodoxas e ortodoxas, de modo a reverter a tendência explosiva das taxas de inflação. As medidas serão adotadas até o final de dezembro, segundo anunciou ontem o ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil. O ministro destacou que o País não pode voltar a conviver com taxas de inflação acelerada e anunciou os planos do presidente Sarney para os próximos 15 meses, "quando não haverá obras faraônicas".

As mudanças nos rumos da política econômica serão mais facilmente adotadas pelo governo, a partir de agora, porque o presidente sente-se livre das "amarras" políticas que o tolhiam, segundo Costa Couto. O ministro não quis detalhar as medidas, nem esclareceu se elas envolvem novo congelamento de preços. Adiantou contudo, que as novas correções nos rumos da política econômica serão decisivas para a nova fase do governo Sarney e que já estão sendo estudadas no Ministério da Fazenda.

Entre as medidas adotadas destaca-se um pacote fiscal, que engloba a redução de gastos de custeio do setor público, aumento de impostos para alguns setores previamente selecionados, corte de incentivos e de subsídios.

Ronaldo Costa Couto disse que o governo não pensa em mexer no Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) ou no Fundo de Investimento da Amazônia (Finan). Tais incentivos, afirmou, são fundamentais para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. Estas regiões, no entendimento de Costa Couto, têm de ter um tratamento preferencial, do contrário serão condenadas eternamente à pobreza. O restante do País já tem um grande débito para com essas regiões, enormemente desfavorecidas nas relações de troca, convertidas em verdadeiras exportadoras de capital para as regiões mais ricas. "Muita gente não aceita isso por ter uma visão simplista", disse Costa Couto.

Nesta nova fase de governo, Costa Couto insistiu que o presidente Sarney quer realizar cinco anos em 15 meses, acelerando todas as ações. Não haverá, entretanto, afirmou o ministro, nenhum programa faraônico, mas muitas

centenas de projetos pequenos e importantes, com exceção de alguns projetos de peso, que são inevitáveis para as dimensões do Brasil, notadamente nas áreas de energia elétrica e transportes. A execução desses projetos é fundamental para evitar estrangulamento no futuro, segundo ele.

Nos quinze meses que lhe restam de governo, o presidente Sarney vai dedicar-se integralmente às tarefas administrativas, com o objetivo de conseguir boas taxas de crescimento econômico, observou Costa Couto. O presidente já está promovendo reuniões setoriais com todos os ministros, fazendo com eles seleção rigorosa dos programas e projetos prioritários a serem executados nos próximos 15 meses.

A ação do governo, segundo Costa Couto, irá dos mestrões contra a violência até uma nova política industrial e de exportação, passando pela irrigação e privatização. Neste último ponto, a ideia do governo, segundo Costa Couto, é reduzir sensivelmente a participação do Estado, retirando-o de setores onde a sua presença não é necessária. "Mas isso não significa que se possa vender na bacia das almas, sair fazendo doa-

ções do que é público", explicou Costa Couto.

Na política, o Palácio do Planalto trabalhará com um horizonte de quatro anos de mandato, mas não se condicionará à hipótese do parlamentarismo já, segundo disse ontem o ministro Ronaldo Costa Couto. Trabalhar pensando na implantação do parlamentarismo a partir de março do próximo ano, de acordo com o ministro, seria "pouco inteligente", porque o governo estaria partindo de uma hipótese que pode, ou não, se confirmar. Desse modo, o sistema de governo que orienta o presidente Sarney continua sendo o presidencialismo.

O presidente Sarney, segundo Costa Couto, está totalmente decidido a governar e não se dispõe a interferir nos trabalhos da Constituinte, para reverter, em plenário, o tempo de duração de seu mandato. O ministro disse que o presidente aceita a decisão final que a Constituinte tomar. De acordo com Costa Couto, Sarney continuará cumprindo todas as tarefas de chefe de Estado e chefe da Nação, livre de qualquer pressão política.

Helival Rios e Jandira Gouvêa

ESTADO DE SÃO PAULO

2.1 NOV 1987

2 NOV 1987

P 4